

Para uma cultura dos riscos*

António Amaro**

Resumo:

Num mundo em transformação acelerada, aos níveis económico, tecnológico e sócio-cultural, donde emergem novos riscos e novas prioridades de abordagem, é fundamental criar mecanismos que motivem e reforcem a cultura de segurança como direito e dever de cidadania. A mobilização dos cidadãos para a problemática da prevenção dos riscos, de qualquer natureza, é condição fundamental para a promoção do bem-estar e qualidade de vida em sociedade. Porque o risco está hoje na centralidade da vida moderna, a sociedade do risco não é uma opção, mas é possível, com esforço de todos, promover uma sociedade com mais prevenção, segurança, saúde e qualidade de vida.

Palavras chave:

Cultura do risco, Riscos, Segurança, Prevenção, Educação-Formação, Cidadania, Mudança, Ciências Cindfnicas, Ambiente, Perigo, Organização.

Résumé:

Dans un monde en transformation accéléré, au niveau économique, technologique et socio-culturel, d'où surgissent des risques nouveaux et de nouvelles priorités d'approche, la création des mécanismes qui motivent et renforcent une culture de sécurité en tant que droit et devoir de citoyenneté devient fondamentale. La mobilisation des citoyens autour de la problématique de la prévention des risques, quelle que soit sa nature, est la condition fondamentale pour la prévention du bien-être et de la qualité de vie en société.

Puisque le risque est aujourd'hui au centre de la vie moderne, la société du risque est une option, mais il est possible, avec la collaboration de tous, promouvoir une société avec plus de prévention, de sécurité

Mots clés:

Culture du risque, Risques, Sécurité, Prévention, Education-Formation, Citoyenneté, Changement, Sciences Cindiniques, Environnement, Danger, Organisation.

Abstract:

In a rapidly transforming world where, economic, technological, socio-cultural changes generate new risks and ways of dwelling with them, it is crucial to reinforce a culture of security as a right and duty of citizenship. The mobilization of citizens in terms of risk prevention, of whatever nature, is a fundamental condition to increase general well being an quality of life in society. Because risk is at the center of modern life, the society of risk it is not an option, but it is possible, through extensive collaboration, to promote a society with greater prevention security, health, and quality of life.

Key words:

Culture of risk, Risk, Security, Prevention, Education-Formation, Citizenship, Change; Scindinic Sciences, Environment, Danger, Organization.

Introdução

A Terra deu-nos tudo.

Mas os equilíbrios que tornam o nosso planeta acolhedor podem por vezes romper-se de modo extremamente destrutivo. Sismos, erupções vulcânicas, tempestades e maremotos, inundações ou incêndios: quando a natureza se enfurece, ataca onde e quando decide. Nenhum lugar está ao abrigo, nem mesmo a Europa, que no entanto, usufrui de condições climáticas e geográficas privilegiadas. As catástrofes naturais acontecem muito frequentemente sem qualquer aviso e podem provocar enormes prejuízos: perdas humanas, danos ambientais e prejuízos económicos.

Poderá o homem impedir totalmente tais fenómenos? Não pode! ...

Mas pode tentar perceber melhor os mecanismos complexos que estão na origem dessas catástrofes e, desse modo, fazer a sua previsão e limitar os respectivos efeitos negativos. Estamos a mobilizar todas as competências e energias criativas para atingir tal desiderato? Como deve a ciência organizar-se de forma a melhorar a credibilidade da informação prestada às populações?

Ao longo da História, o ser humano sempre viveu à mercê do ambiente. Os nossos antepassados só tiveram de enfrentar as variações sazonais do clima, os desastres naturais e as variações climáticas a longo prazo. No entanto, as pessoas, à medida que foram limpando terras para as suas culturas, desviando cursos de água para a irrigação e, posteriormente,

* Comunicação apresentada ao IX Encontro de Riscos Naturais, Coimbra, 22 de Novembro de 2002.

** Mestre em Sociologia. Director da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.

construindo vilas e cidades, começaram a produzir um impacto crescente no mundo que as rodeia.

Mesmo assim, só depois do advento da Revolução Industrial as nossas actividades começaram a afectar o ambiente a nível global. O controlo da energia contida nos combustíveis fósseis constituiu um grande passo em frente, mas teve o seu preço.

O dióxido de carbono libertado para a atmosfera durante a queima desses combustíveis contribuiu para o aumento do efeito de estufa – o isolamento natural da Terra pela sua própria atmosfera – que, por sua vez, resultou num aumento das temperaturas médias. Esse fenómeno poderá resultar na alteração do clima em muitas partes do Mundo.

Mas, o aquecimento global é a única questão que exige uma acção a nível internacional?

Quais os grandes riscos da humanidade?

Como estamos quanto à gestão das emissões de metano?

O metano é, a seguir ao dióxido de carbono, o mais importante gás responsável pelo efeito de estufa, sendo produzido pela decomposição de materiais biológicos. Na Europa Ocidental, estão em curso diversos projectos cujo objectivo é quantificar os enormes volumes de metano emitidos para a atmosfera a partir das explorações intensivas de gado, dos aterros, dos esgotos e de outras fontes. Essas emissões poderiam ser significativamente reduzidas se se aplicassem técnicas adequadas de gestão ambiental.

O que estamos a fazer pelas florestas enquanto “sumidouros de carbono”, redutores do efeito de estufa?

A rede de medições EUROFLUX calculou que as florestas europeias constituem um sumidouro de carbono que consegue absorver 10% a 40% das emissões de dióxido de carbono relacionadas com as actividades humanas na Europa.

Já compreendemos os mecanismos de troca de dióxido de carbono entre os oceanos e a atmosfera – troca essa que é extremamente importante no que respeita à absorção das emissões desse gás responsável pelo efeito de estufa provocado pelo Homem?

Estamos a fazer tudo para evitar a desertificação mediterrânea, provocada pela complexa combinação de factores como, a deflorestação, alterações da utilização dos solos, a gestão dos recursos hídricos e as desregulações urbanísticas?

Que lições podemos tirar da história no que respeita ao clima, no sentido de se poderem prever as consequências do actual processo de aquecimento global?

Estamos hoje em condições de poder modelizar a evolução do clima a nível regional?

Já podemos prever o risco de subida do nível dos mares em diversas partes do mundo?

Em que ponto estamos quanto à previsão das tempestades?

Se os tremores de terra são de longe as catástrofes naturais mais mortíferas do mundo, o que estamos a fazer para melhorar a resistência das edificações e das infra-estruturas relativas às condutas subterrâneas de gás, água e electricidade?

Também as erupções vulcânicas estão entre as catástrofes mais impressionantes em virtude da sua imprevisibilidade e das suas repercussões múltiplas. Estamos a fazer tudo o que é possível para compreender os mecanismos das erupções no sentido da detecção atempada dos sinais percursoros?

A maior parte dos incêndios florestais têm origem humana, mas são factores naturais, como as secas, a velocidade do vento ou a topografia do local que influenciam a sua propagação e determinam os seus efeitos devastadores. Em que ponto da investigação nos encontramos quanto à previsão do nível de perigo meteorológico, elemento fundamental para uma melhor gestão dos meios de luta?

O que estamos a fazer para a recuperação dos mares fortemente poluídos? Que cuidados estamos a ter quanto à poluição orgânica das águas interiores que poderá vir a resultar em desequilíbrios hormonais nos peixes e anfíbios?

Para quando a era do transporte “verde”?

Em pleno século XXI, podemos continuar a aceitar a inovação sem incorporar a noção de sustentabilidade, ou seja, ter em conta, o princípio da prevenção, o princípio da precaução e o princípio da subsidiariedade?

Que razões explicam o pouco aproveitamento da energia eólica, hídrica e solar e de materiais alternativos?

Quem pode proteger os consumidores da comida livre da contaminação de químicos ou micro-organismos prejudiciais?

É ou não verdade que a sociedade actual se encontra dividida entre o sentimento de confiança na ciência, tecnologia e inovação e o medo do impacto que essa inovação possa assumir?

Em suma, podemos viver numa sociedade sem risco, ou temos condições para definir níveis aceitáveis de risco? E o que é um risco aceitável?

É possível mitigar, prevenir e conviver com riscos se conhecermos bem a realidade e a soubermos questionar?

Ou seja:

- Como sei o que pode ou vai acontecer?
- Porque pode ou vai acontecer?
- Quando pode ou vai acontecer?
- Onde pode ou vai acontecer?
- Quem deve planear ou actuar?

É possível conviver com os riscos se existir:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos colectivos;
- Análise permanente das vulnerabilidades;
- Informação e formação das populações;

- Planeamento de Emergência;
- Inventariação de meios e recursos;
- Estudo e Divulgação de formas adequadas de protecção de edifícios, bens culturais, instalações de serviços essenciais e recursos naturais.

É possível conviver com os riscos:

- Se não deixarmos criar problemas onde não existem?
- Ou se já existirem, saberemos PREPARAR-NOS, para PREVENIR, PLANEAR e SOCORRER?

O que sabemos sobre a génese do risco

Numa breve evolução histórica da génese, do risco, o homem tradicional angustiado pelas inundações, sismos, fomes, epidemias ou guerras, tinha aperfeiçoado técnicas de sacrifício de animais ou de seres humanos, supondo que o sangue derramado reduzia as possibilidades de retorno dessas grandes catástrofes.

Com a difusão do cristianismo, os sacrifícios humanos vão dar lugar a outras práticas rituais. Preces e procissões vão ser consideradas como terapêuticas naturais anticatástrofe. Nasce o mito de Sta. Bárbara. Estes remédios rituais para os riscos vão perpetuar a ideia de que é Deus, e não o homem, quem mexe os cordelinhos do perigo, e da insegurança.

Também, entre nós o terramoto de 1755, catástrofe de origem natural, foi atribuído a fenómenos sobrenaturais, causa de pecados dos homens. Como **medidas preventivas de novos abalos foram feitas promessas, procissões e jejuns, com a finalidade de eliminar a origem dos mesmos: a ira Divina.**

Esta atribuição de causalidade externa permite aos crentes restaurar o sentimento de controlo sobre uma situação que escapa à sua influência pessoal.

É no quadro de uma polémica entre Voltaire e Rousseau, ocorrida por esta altura, que o homem vai assumir as suas responsabilidades e fazer funcionar o seu cérebro face ao perigo. Com efeito, enquanto Voltaire continua a acusar a Natureza e a Providência, J.J. Rousseau faz precisamente notar que a decisão de implantar as cidades em zonas sísmicas põe em causa a inteligência e a responsabilidade dos homens.

Da *ética da fatalidade*, o homem passou à *ética da responsabilidade*, como notou Max Weber. Nesta reviravolta, o homem está pronto a reconhecer nos acidentes, nas catástrofes uma sanção de certas *deficiências dos seus conhecimentos*, da sua vigilância ou da sua acção.

A compreensão do risco vai sair do domínio mitológico para entrar no domínio lógico, da inteligibilidade.

Oravante, os acidentes vão forçar a um diagnóstico e esse diagnóstico vai traduzir-se numa crítica dos valores, das regras, das atitudes e das finalidades.

Como se articulam confiança, risco, segurança e perigo nas condições da modernidade?

O risco é apenas uma questão de acção individual? Não é verdade que existem “ambientes de risco” que afectam colectivamente grandes massas de indivíduos – em alguns casos, potencialmente todos quantos vivem à face da Terra, como no caso do risco de desastre ecológico ou de guerra nuclear?

Podemos definir “segurança” como uma situação em que um conjunto específico de perigos é contrariado ou minimizado? A sensação de “segurança” é baseada geralmente num equilíbrio entre a confiança e o risco aceitável?

O perigo e risco ainda que estreitamente relacionados, são a mesma coisa? A diferença não depende de um indivíduo pesar ou não conscientemente alternativas, ao considerar ou adoptar uma determinada linha de acção? O risco pressupõe o perigo, mas não necessariamente a consciência do perigo? É verdade que uma pessoa que arrisca alguma coisa desafia o perigo, sendo este entendido como uma ameaça para os resultados desejados? Qualquer pessoa que assuma um “risco calculado” está consciente da ameaça, ou ameaças, que uma determinada linha de acção acarreta? Por outras palavras, é possível desconhecermos os riscos que corremos?

Se risco e confiança se entrelaçam, então a confiança, serve normalmente, para reduzir ou minimizar os perigos a que determinados tipos de actividade estão sujeitos?

O cerne do problema estará no facto dos avanços tecnológicos não terem sido acompanhados pela correspondente alteração das mentalidades quanto à segurança? Como percebemos o risco?

A percepção do risco é a compreensão e a importância que as pessoas atribuem à informação respeitante aos riscos, isto é, se a sua atitude é encarar o risco como algo que lhes é próximo ou algo que só acontece aos outros? A percepção do risco será cada vez maior quanto maior for a frequência e a informação sobre o risco? A percepção do risco por parte de um indivíduo é factor de prevenção? A percepção como forma de prevenção pode ocorrer sem informação objectiva/acessível e experiência?

Qual o papel dos défices culturais, organizacionais e administrativos na génese do risco?

Na perspectiva de Georges KERVERN (1995), os *Défices Culturais* assinalam o comportamento de uma organização ou de uma empresa, quanto ao clima, ao estilo, aos valores, às crenças e modos de vida, às atitudes, elementos que os relatórios das comissões de inquérito descrevem como factores explicativos das *desordens, erros de manobra, falhas humanas*.

Estes factores explicativos são já descritos por certos testemunhos internos ou externos, bem antes dos acontecimentos catastróficos. Estes testemunhos, como todas as “*Cassandra*”, não são escutados. O recalçamento colectivo do seu testemunho aparece, aliás, como um dos grandes produtores do perigo:

- **cultura de infalibilidade**: o melhor exemplo é o mito da insubmersibilidade do Titanic, bem ancorado no espírito da tripulação e dos 1403 passageiros que vão perecer no mar em 14 de Abril de 1912.
- **cultura de simplismo**: é a negação da complexidade das organizações humanas e das suas vulnerabilidades.
- **cultura da não comunicação**: tornou-se, agora, evidente, que as barreiras linguísticas explicam a série sangrenta das catástrofes dos “*Ferries*”, e que as explosões de violência urbana resultam de défices de comunicação entre grupos sociais e étnicos.
- **Egocentrismo: a falta de vigilância** face ao exterior é uma tentação narcísica e uma das causas triviais dos grandes fracassos técnicos e económicos.

Estes quatro défices levam a colocar a cultura das organizações (modo de funcionamento e de pensar) sob suspeita. Com efeito, se a cultura serve de alibi a uma persistência destes factores cindinogénicos, essa cultura é nefasta e os acidentes não vão tardar em demonstrá-lo, em regra demasiado tarde.

E quanto aos *Défices Organizacionais*?

Os Déficits Organizacionais são características muito difundidas nas grandes organizações que estão na iminência de desastres como sejam:

- o domínio do critério **produtivista** sobre os aspectos da qualidade e da segurança;
- **a diluição das responsabilidades**; em que a culpa morre solteira. Há muitos exemplos neste quadro. A mais lúbrege manifestação relativamente actual é a questão do sangue contaminado em que o aparelho judicial não consegue delucidar das responsabilidades em cadeia.

Os *Défices Administrativos*

Os Défices Administrativos são a marca, nas nossas maneiras de gerir, da nossa incultura quanto à segurança, da impossibilidade momentânea ou da recusa em aceitar as ciências cindínicas como novo dado científico incontornável e tirar as consequências disso na forma quotidiana de gerir manifesta na:

- ausência de um sistema de retorno de experiência.
- ausência de um procedimento escrito deduzido do diagnóstico cindínico efectuado.
- ausência de uma formação contínua do pessoal em ciências cindínicas;
- ausência de preparação nas situações de crise.
- que tipo de défice explica a tragédia de Entre-os-Rios?
- as organizações com incumbência de fiscalizar esses riscos seguiam boas práticas?

E quanto ao Potencial Cindinogénico das Redes?

Na linha de G. KERVERN as redes de transportes, as redes de esgotos, as redes de distribuição de água, de electricidade e as redes informáticas, que constituem a expressão material mais impressionante do desenvolvimento das civilizações tecnológicas, engendram ou não riscos de amplitudes consideráveis? Não está a amplitude destes riscos ligada a características específicas dessas redes, como sejam:

- **Capacidade de disseminação**, logo, de contágio (cf. por exemplo os envenenamentos, os vírus, as epidemias).
- **Capacidade de flutuações** de grande amplitude ligadas a fenómenos de ressonância/repercussão (cujas vagas de imitação miméticas são casos particulares).

As redes apresentam, pois, aspectos simultaneamente relevantes no domínio da evolução civilizacional, mas também perigosos e explicam para muitos a ideia do sociólogo francês Edgar Morin, segundo a qual entrámos numa era Democleiana caracterizada pelo facto de perigos de grande amplitude nos ameaçarem, nos cercarem. E porquê?

Não estamos todos inseridos em redes de distribuição de água, energia, de transporte e de comunicação? E não é verdade que estas redes podem encaminhar brutalmente para o domicílio, para as organizações, ameaças de uma grande violência (poluições, vírus, descargas) etc?

Estas ameaças são tanto maiores quanto menos dominarmos o fenómeno das redes. Em particular, é necessário saber pensar as redes do futuro a uma luz de racionalidade completamente nova. Se a ciência deve ser inequivocamente social, para quando um pacto de civilidade sobre o seu uso racional?

Finalmente a génese do risco assenta ao nível macro e micro-social em ausências, esquecimentos, disjunções, bloqueios, etc. tornando incontornável uma abordagem sistémica das questões do risco, do perigo e da segurança. Um acidente não se deve, geralmente, a uma única causa, mas a uma conjugação de factores nos quais tanto entra a competência dos operadores como a qualidade do organigrama, e

mesmo a saúde da empresa/organização, a concorrência, a escolha dos contratos, o respeito das regulamentações e protocolos.

Todavia, a tentação permanente de negar o risco ou de subestimar o risco, muito frequente na sociedade em geral e nas grandes organizações em particular, coloca-nos perante um fenómeno bem assinalado em psicanálise: o fenómeno do recalçamento, fenómeno esse que assimilado à problemática do risco e da segurança significa, a recusa/resistência inconsciente em admitir, imagens, acontecimentos, lembranças e representações do perigo.

Aliás, é mesmo a representação exógena das causas de perigo que constitui o principal factor cindinogénico. Os climas de relaxamento e a generalização das negligências são o produto de uma representação, quer da ausência de perigo, quer do carácter dos factores cindinogénicos.

A reacção de Rousseau sobre o tremor de terra de Lisboa de 1755 consiste em reinternalizar o que Voltaire tinha exportado para o ponto exógeno que constitui a "Providência".

Ora, a probabilidade do perigo aumenta com a convicção bem assente da sua impossibilidade. A insubmersibilidade mítica do *Titanic* explica o seu naufrágio.

A convicção da ausência do perigo numa determinada comunidade/organização ou seja, a representação do perigo como EXTERNA, é o que lhe permite introduzir-se, como um *cavala de Tróia*, no local que se recusa a ver o perigo no seu próprio interior.

A fenomenologia em geral e as cindínicas em particular são, pois, a sede de um jogo dialéctico entre interior e exterior, desconhecimento e reconhecimento, percepção e não percepção.

Com efeito, a cegueira face ao perigo, a negação da evidência do perigo são de tal modo frequentes que eles constituem um dos enigmas mais provocantes deste fenómeno.

Outra questão se levanta?

Seja nos casos de catástrofe, seja na ameaça fundamentalista, podemos continuar a tratar o Estado como o único ou principal palco por onde passam as coisas da Segurança e de Protecção contra os riscos?

Como consciencializar, as populações do desafio activo, da autoprotecção, enquanto direito da cidadania?

Não é dever de cada um ser responsável e solidário em situações de risco e perigo? Como fazer para que isto aconteça?

Se a Protecção Civil começa e acaba em cada um de nós, então não temos que preparar-nos, seja como seus agentes seja como seus beneficiários?

Como estamos de autoprotecção?

Julgo consensual que em todas as emergências, acidentes e acontecimentos catastróficos, as pessoas

implicadas dependem nos momentos iniciais de si próprios e dos recursos próximos. Ou seja, dependem da aprendizagem individual e social para responder adequadamente antes da chegada dos meios de Protecção Civil, colaborando com estes eficazmente, ou seja, seguindo as suas instruções e orientações.

Isto mesmo decorre do espírito da Lei, referindo as acções a adoptar pela população ante uma situação de emergência e antes da chegada dos meios de Protecção Civil, contemplando ainda a responsabilidade que impende sobre as organizações e empresas quanto à disponibilização de meios de autoprotecção e a obrigação do Estado em fiscalizar a existência ou não de tais meios.

Que entendemos, pois, por autoprotecção?

Etimologicamente, significa falar do acto ou efeito de proteger-se a si próprio ou por si próprio.

Mas proteger-se de quê?

Dos riscos inerentes à diversidade das actividades humanas, desde as domésticas, às do ambiente, da tecnologia, do sistema social e das suas vulnerabilidades etc... Logo, quando falamos de autoprotecção, estamos também a falar de prevenção e controlo de riscos. Temos extintores nas nossas casas! Sabemos utilizá-los? Quem fiscaliza a sua validade?

São pois as acções de prevenção e controlo de riscos que realizam os cidadãos enquanto tais ou enquanto membros de entidades organizacionais que constituem o cerne da autoprotecção tal como deve ser entendida no quadro da protecção civil.

Contudo, para falarmos conscientemente de autoprotecção, enquanto desafio cívico, temos de considerar pelo menos três aspectos:

- A prevenção, ou seja o conhecimento dos riscos e as medidas para evitá-lo.
- A resposta adequada para mitigar e atacar com meios e recursos próprios a actualização ou seja os riscos que todos os dias nos entram pela porta adentro.
- A integração da autoprotecção no processo do sistema da Protecção civil.

"Os cidadãos têm o direito à informação sobre os riscos graves, naturais ou tecnológicos, aos quais estão sujeitos em certas áreas do território, e sobre as medidas adoptadas e a adoptar com vista a minimizar os efeitos de acidente grave ou calamidades" (Lei de Bases da Protecção Civil). Não basta, contudo, ser detentor de informação sobre os comportamentos adequados ao impedimento de uma emergência, à redução da sua probabilidade de ocorrência ou atenuação dos efeitos danosos antes ou depois dela acontecer. Paralelamente, cada cidadão deve estar confiante de que esses comportamentos de facto têm o efeito pretendido. Igualmente deverá haver uma percepção realista dos riscos a que se está ou pode estar exposto, ou seja, não os minimizar ou experimentar um sentimento de imunidade pessoal.

Por último, cada um de nós tem de interiorizar que o comportamento eficaz pode e vai ser levado a cabo pelo próprio, isto é, concretizá-lo.

O que é prevenir riscos e vulnerabilidades?

É desenhar edificações e instalações urbanas sem cumprimento das medidas de salvaguarda entre zonas residenciais e actividades industriais?

É desenhar urbanizações com elevados índices de ocupação e concentração populacional sem condições mínimas de acessibilidade e segurança?

É construir em zonas de alto risco? É manter a deficiente informação das pessoas acerca da autoprotecção face aos riscos que correm?

Não é verdade que os acidentes industriais graves e as catástrofes tecnológicas, incêndios, explosões, poluição, contaminação, transporte de mercadorias perigosas ou poluentes... são geralmente provocados por falência dos mecanismos de controlo (falhas técnicas) ou por erros cometidos pelo Homem (falhas humanas)?

Não é verdade que a forma como certas populações usam, ocupam e transformam o ambiente natural, explorando desenfreadamente os seus recursos, é fortemente responsável pelo agravamento das vulnerabilidades e pelo aumento dos riscos de certas catástrofes naturais como as secas e as inundações?

Até quando vamos aceitar, sem demonstração prática, as promessas de maior produtividade e maior eficiência das novas tecnologias, sem avaliar, em simultâneo, os riscos e os perigos que as mesmas transportam?

Por outras palavras, as novas tecnologias, criando novos riscos, não deveriam oferecer também os meios necessários para os gerir, de modo a que o desenvolvimento tecnológico se integre nas directivas preconizadas para a obtenção, de um “desenvolvimento sustentável”?

O que podemos fazer para mudar estes cenários, estas mentalidades?

Que ligação podemos estabelecer entre a Escola e a Protecção Civil?

Quem negará que o universo escolar, todo o universo escolar, desde o básico ao superior, deve ser um dos alvos preferenciais do Serviço Nacional de Protecção Civil para as suas campanhas de informação, divulgação, sensibilização, e prevenção, junto dos jovens, seja na perspectiva da impregnação duma cultura de segurança, seja como veículo privilegiado de medidas de sua autoprotecção e das suas famílias?

E este combate ou embate está a ser travado com sucesso?

Pensam que o eminente interesse social de veicular uma cultura de segurança a começar pelas Escolas e

outras entidades pode ficar-se pelos panfletos, “spots” televisivos, manuais didácticos, debates, desdobráveis, autocolantes, etc.? Não pode. É preciso formar e transmitir *conhecimentos/actuações práticas efectivas* que ajudem o aluno, o jovem, a salvar-se e a salvar outros perante situações de emergência, seja no âmbito da sinistralidade rodoviária, laboral e, muito em especial, na adequabilidade comportamental face ao acidente natural ou tecnológico.

É que salvo honrosas excepções, quantas das crianças e jovens portugueses conhecem as regras mais elementares de segurança e actuação face ao acidente?

Quanto custa, uma primeira intervenção errada?

Quanto não ganharíamos em sobrevivência e recuperação de vítimas se houvesse primeiras intervenções adequadas?

Os “campus” escolares não poderiam ser, também, espaços privilegiados de ensino/actuação de prática simulada ao nível de *socorrismo, salvamento, evacuação, desencarceramento, combate e incêndios*, etc.....?

Que haja viaturas, equipamentos e fardas nas Escolas e muita prática.

A isso os jovens aderem. “É que o acto de educar não pode ser outro que o acto contínuo de descobrir a realidade. Não podemos conter a vida e o mundo da segurança num compêndio, nem podemos reduzir a realidade a um conjunto de formulações prescritas e definidas. A educação vive da palavra, mas o sucesso da segurança do fazer.

E porque não começar, essa educação prática, pela segurança oferecida pelos próprios edifícios escolares?

Não é verdade que muitas das escolas tem portas que abrem erradamente, tem escadas sem protecção, esquinas salientes, desvios desnecessários, má ventilação, iluminação deficiente e adaptações várias de grande perigosidade?

É caso para perguntar: onde estava a auditoria de segurança a estes edifícios na fase de planeamento, concepção e implementação?

Que força têm os Técnicos de Protecção Civil (e designadamente os Bombeiros) no esforço ou reforço da Cultura de Segurança?

Não será na assistência e participação da população escolar na simulação de operações de socorro devidamente comentadas, que poderemos encontrar a chave de sucesso na divulgação da cultura de segurança?

Não gostaríamos que a generalidade da nossa população escolar pudesse responder cabalmente a questões pertinentes como sejam: a quem chamar, (chamei o socorro certo?) o que fazer até chegar o socorro? Não é este o cerne do espírito da autoprotecção e da cultura de Segurança?

Não é na família e na escola, que pode iniciar-se o cumprimento do slogan: protecção civil, uma tarefa de todos para todos?

Se é reconhecido que a educação para a Protecção Civil e Autoprotecção são parte integrante da educação cívica dos alunos, para quando a introdução destas temáticas nos currículos escolares?

Em que ponto estamos nesta matéria?

Se a segurança, os riscos e a gestão dos riscos estão na ordem do dia, porque não existe ainda, devidamente formatado, ensino Técnico-Profissional ou superior nas áreas de segurança?

Em conclusão

Ao nível macro, as expectativas criadas pela recente Cimeira da Terra, como verdadeira “tábua de salvação” para obtenção de compromissos que vinculam a Comunidade Internacional e os principais Estados poluidores mundiais, foram atingidos? Houve mudança no “status quo” existente?

Em que medida, a Convenção sobre Alterações Climáticas, a Convenção sobre a Biodiversidade, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentado, permitiram uma maior consciencialização da opinião pública para os problemas globais?

Todos estes enquadramentos têm permitido que as estratégias reactivas cedam lugar às estratégias proactivas na defesa do ambiente?

É verdade que os atentados ao ambiente, sejam a que nível fôr, têm hoje uma oposição feroz da opinião pública?

A nível económico, pode uma empresa poluidora ser penalizada no mercado através por exemplo, do “veto” dos consumidores aos seus produtos?

A nível político, um Governo que ignore o Ambiente pode ser penalizado nas urnas?

As grandes organizações internacionais, como o Banco Mundial ou o FMI, condicionam efectivamente os seus empréstimos ao cumprimento de requisitos ambientais, como garantia da sustentabilidade dos projectos financiados?

O movimento pós-Rio será mesmo imparável? Parece que sim, não obstante os repúdios dos Estados Unidos e Austrália.

Podemos dizer que, nesta sociedade globalizada a vários níveis, incluindo o plano da informação, os atentados ao Ambiente começam a ser cada vez mais difíceis de passar impunes, face a força crescente das opiniões públicas nacionais e mundiais que, podem mais que qualquer Cimeira?

Descendo ao nível das conclusões de nível micro, a comunicação, a informação sobre os riscos constituem o alicerce da prevenção?

E, neste quadro é ou não fundamental o papel da Comunicação Social, mesmo que se diga que são mensageiros da desgraça?

O facto de as desgraças não serem noticiadas impede que elas aconteçam? Ou significa que não tenham acontecido? Quer se queira quer não, a História também tem muitas páginas escritas com dor e sangue. Quer se queira quer não, as grandes calamidades também são marcos históricos, por vezes até pontos de viragem que ajudaram o Homem a compreender melhor a natureza e a compreender-se melhor a si próprio.

Quanto mais não seja para mostrar que, se a Mãe-Natureza continua a ser responsável por algumas catástrofes, também há muitas outras que se devem à imprudência ou à incúria dos homens.

Afinal, quando é que começamos a fazer a pedagogia da partilha, da responsabilidade e da autoprotecção, ao lado da solidariedade?

É mais importante punir ou educar?

É mais importante fiscalizar ou consciencializar cidadãos de que a prevenção e a segurança é do maior interesse económico e social para todas as partes?

E não será mais importante ainda a investigação, o estudo das causas, a divulgação dos preceitos?

A “revolução” da segurança e da cultura do risco têm, em meu entender, que começar em casa e na escola. Adaptar o conceito e os princípios da segurança à vida familiar, à escola, às relações com o ambiente humano e físico, talvez torne mais fácil e rápida a interiorização da cultura do risco.

Vivemos na era do imediato, do simbólico, dos descartáveis, da informação em tempo real, do fácil e cómodo... mas que tipo de bem-estar satisfaz tudo isto sem segurança?

A segurança é uma atitude mais relacionada com o *ser* do que com o *ter*, muito menos com o parecer.

Não é fácil o caminho a percorrer na “construção” e partilha deste valor, mas é possível. Fala-se na necessidade da mudança de mentalidades, mas com que quadro de referência?

Acredito que uma pessoa muda em profundidade apenas perante dois tipos de acontecimentos: uma grande paixão e um grande choque. Qualquer uma delas desencadeia verdadeiras “mutações” comportamentais... Por isso, costumo dizer que são proibidas duas abordagens à segurança: sistemas sem paixão e paixão sem sistemas.

É indispensável que a segurança apeteça (logo que esteja interiorizada), que se acredite que é atingível, que nos habituemos a atender aos custos da sua ausência nas mais variadas actividades da vida humana e social. Para quando a definição de uma Carta de Vulnerabilidades?

É preciso mudar!

É preciso respeitar o Planeta que originou e mantém a vida!

Queira-se ou não o mais importante de todos os recursos disponíveis no nosso planeta é o próprio HOMEM. É com ele que teremos que contar e nele

teremos de apostar. Hoje a sociedade do risco não é uma opção, não pode escolher-se viver ou não no risco.

Mas, o Futuro Comum é possível, desde que acreditemos em nós próprios, nas nossas capacidades e no nosso sentido de sobrevivência e racionalidade. O Homem, afinal, pode ser a medida de todas as coisas!...

Referências de Apoio Bibliográfico

AMARO, António Duarte (1998) – “Voluntariado, qualidade e Urgência Pré-Hospitalar”, *Revista Escola Nacional de Bombeiros*, n.º 5, Ano 2.

AMARO, António Duarte (1998) – “Educação e Formação dos Bombeiros Portugueses do dealbar do século XXI”, *Revista Escola Nacional de Bombeiros*, n.º 7, Ano 2.

AMARO, António Duarte (1998) – “Por uma gestão competitiva das Organizações dos Bombeiros”, *Revista Escola Nacional de Bombeiros*, n.º 8, Ano 2.

AMARO, António Duarte (2000) – “Bombeiros de Portugal: Força e Limites do seu voluntariado”, (Lição Inaugural da Escola Nacional de Bombeiros em 2000-10-11, Sintra).

AMARO, António Duarte (2000) – “Linhas Gerais de Formação dos Bombeiros Portugueses”, *Escola Nacional de Bombeiros*.

BECK, U. (1986) – *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage.

CABRAL, Ruben de Freitas (1995) “Excelência, Educação e Desenvolvimento” conferência proferida na Escola Superior de Educação João de Deus.

CASTRO dos Santos, DOMINGOS José (2000) – *Novas Abrangências da Qualidade – Pistas para Certificar Corpos de Bombeiros*, Paço de Arcos.

DAHRENDORF, Ralf (1996) – *A Quadratura do Círculo*, Edições 70, Lisboa.

FROMM, Erich (1999) – *Ter ou Ser?*, Editorial Presença, Lisboa.

GIDDENS, Anthony (2000) – *As consequências da Modernidade*, Ceuta Editora, 4ª Edição, Oeiras.

KERVERN, Georges – Yves (1995) – *Elementos fundamentais das Ciências Cindínicas*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.

MAGALHÃES, António José (1991) – *Planeamento Estratégico de Protecção Civil*, Ed. Escher, Lisboa.

NICOLAU, J. Afonso (1987) – “Aspectos do Sistema de Protecção Civil em Portugal”, *Revista Protecção Civil*, vol. I, n.º 1, Setembro.

PENA, António de Oliveira (2000) – *Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários – Organização e Problemáticas Comunicacionais*, Paço de Arcos.

REVISTA “SEGURANÇA” N.º 142, de Jan/Mar/2000.

REVISTA “SEGURANÇA” N.º 144, de Jul/Set/2001.

REVISTA “SEGURANÇA” N.º 145, de Out/Dez/2001.

RIBEIRO, Manuel João (1995) – “Sociologia dos Desastres”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 18, pp. 23-43.